

OS DESAFIOS DO PROFESSOR NA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

CHALLENGES FACED BY TEACHERS IN IMPLEMENTING INCLUSIVE EDUCATION IN PUBLIC SCHOOL SYSTEMS

LOS DESAFÍOS DEL PROFESOR EN LA IMPLEMENTACIÓN DE LA RED PÚBLICA DE ENSEÑANZA

Fabiano Pedro Xavier¹
Ângelo Ribeiro Fróes²

RESUMO: A escola é um ambiente que fomenta o conhecimento e prepara os indivíduos para viverem em harmonia com a sociedade. É importante compreender que todos, independentemente de suas limitações, podem compartilhar o mesmo espaço, tornando-a um local adequado para a implementação da educação inclusiva. O presente trabalho de pesquisa se concentra em trabalho o estudo centra-se no estudo da educação inclusiva, examinando especificamente os fatores que dificultaram a sua existência ou eficácia no sistema de ensino público. O objetivo principal deste trabalho é identificar, por meio de uma análise teórica, os principais desafios enfrentados pela educação inclusiva no sistema público de ensino da educação inclusiva, examinando especificamente fatores que dificultaram sua existência ou eficácia em sistema de ensino público. O objetivo principal deste trabalho é identificar, por meio de uma análise teórica, os principais desafios enfrentados pela educação inclusiva no sistema público de ensino. O tema não é exclusivo, mas de grande relevância, pois trata -se de um tema bastante contemporâneo e necessita de estudos que visem garantir a sua implementação e não permanecer apenas teórico. Conforme mencionado, a pesquisa é bibliográfica e exploratória, e através dela foi possível compreender que são muitas as dificuldades encontradas. Porém, é possível incluir com recursos limitados e muita criatividade. O tópico não é exclusivo, mas altamente significativo, pois se trata de uma questão muito contemporânea que requer estudos para garantir que sua implementação vá além da mera retórica. Conforme mencionado, a pesquisa é bibliográfica e exploratória, e por meio dela foi possível compreender que existem muitas que são muitas dificuldades encontradas. Porém, é possível incluir com recursos limitados e muita criatividade, encontrado.

Palavras-chaves: Desafios. Inclusiva. Educação Inclusiva. Docente. Educação Pública.

¹ Mestre pela Emil Brunner World University.

² Orientador do curso de mestrado- Emil Brunner World University.

ABSTRACT: School is an environment that fosters knowledge and prepares individuals to live in harmony with society. It is important to understand that everyone, regardless of their limitations, can share the same space, making it a suitable place for the implementation of inclusive education. This research focuses on the study of inclusive education, specifically examining the factors that have hindered its existence or effectiveness in the public education system. The main objective of this work is to identify, through theoretical analysis, the primary challenges faced by inclusive education in the public education system. The theme is not exclusive but of great relevance, as it is a contemporary issue that requires studies aimed at ensuring its implementation and not remaining merely theoretical. As mentioned, the research is bibliographic and exploratory, and through it, it was possible to understand that there are many difficulties encountered. However, it is possible to include with limited resources and a lot of creativity. The topic is not exclusive but highly significant, as it is a very contemporary issue that requires studies to ensure that its implementation goes beyond mere rhetoric. As mentioned, the research is bibliographic and exploratory, and through it, it was possible to understand that there are many difficulties encountered. However, it is possible to include with limited resources and a lot of creativity."

Keywords: Challenges. Inclusive. Inclusive Education. Teaching. Public Education.

RESUMEN: La escuela es un entorno que fomenta el conocimiento y prepara a los individuos para vivir en armonía con la sociedad. Es importante comprender que todos, independientemente de sus limitaciones, pueden compartir el mismo espacio, convirtiéndola en un lugar adecuado para la implementación de la educación inclusiva. El presente trabajo de investigación se centra en el estudio de la educación inclusiva, examinando específicamente los factores que dificultaron su existencia o eficacia en el sistema de enseñanza público. El objetivo principal de este trabajo es identificar, mediante un análisis teórico, los principales desafíos enfrentados por la educación inclusiva en el sistema público de enseñanza. El tema no es exclusivo, pero de gran relevancia, ya que se trata de un tema bastante contemporáneo y necesita estudios que busquen garantizar su implementación y no quedarse solo en lo teórico. Como se mencionó, la investigación es bibliográfica y exploratoria, y a través de ella fue posible comprender que existen muchas dificultades encontradas. Sin embargo, es posible incluir con recursos limitados y mucha creatividad. El tema no es exclusivo, pero altamente significativo, ya que se trata de una cuestión muy contemporánea que requiere estudios para garantizar que su implementación vaya más allá de la mera retórica. Como se mencionó, la investigación es bibliográfica y exploratoria, y mediante ella fue posible comprender que existen muchas dificultades. Sin embargo, es posible incluir con recursos limitados y mucha creatividad

Palabras-claves: Desafíos. Inclusión. Educación Inclusiva. Docente. Educación Pública.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar como a afetividade influencia na aprendizagem dos estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especiais, e o processo de inclusão

numa escola pública de Pernambuco. Como objetivos específicos traçou-se: descrever como acontece o processo de inclusão de discentes com deficiência inclusão numa escola pública de Pernambuco; analisar a prática pedagógica inclusiva desenvolvida pelos professores numa escola pública de Pernambuco; verificar de que forma a afetividade e a família influenciam na inclusão de discentes com deficiência nas escolas, bem como no seu processo de desenvolvimento dentro da instituição.

Educação Inclusiva é um tema altamente contemporâneo que, sem dúvida, suscita debates e discussões no âmbito educacional. O Brasil, como muitos outros países, possui legislação que garante o processo inclusivo de indivíduos com necessidades especiais na sociedade em condições de igualdade. Essas leis visam viabilizar o acesso desses indivíduos à sociedade, às escolas, às universidades e até mesmo ao mercado de trabalho.

Este projeto de pesquisa centra-se no estudo da educação inclusiva. O objetivo desta pesquisa é examinar, por meio de uma análise teórica, o processo de educação inclusiva no ambiente escolar. Afinal, é através da educação que o mundo se transforma. Entretanto, superamos os obstáculos enfrentados pela educação no Brasil, como a insatisfação dos professores devido à desvalorização do seu trabalho, a precariedade das escolas e a falta de recursos para tornar o ensino eficaz e atrativo aos alunos. Diante dessa realidade, surge a seguinte questão: como os professores da rede pública promovem uma educação inclusiva de maneira eficiente no cenário educacional atual?

Contudo, as discussões e pontos de vista apresentados neste artigo, baseados em estudos científicos discutidos por diversos autores, não representam uma visão abrangente e singular da educação inclusiva no país. Isso porque cada região, governo e instituição tem sua forma de trabalhar e, com um pouco de criatividade, é possível atender às diversas demandas. Portanto, o principal objetivo desta pesquisa é apresentar os principais desafios encontrados pelo sistema de ensino público na implementação eficaz da educação inclusiva de maneira eficiente.

A eficiência ocorre quando o processo de integração do aluno é realizado. É necessário que os alunos não sejam apenas matriculados nas escolas por causa de obrigações legais, mas sim que eles interajam e participem ativamente. Aqueles que não são incluídos nesse processo levantam questões que são frequentemente examinadas. Será que essa realidade se aplica apenas à rede pública? Na verdade, não, mas neste caso a deficiência é maior.

Este estudo caracteriza - se como bibliográfico, pois envolveu consulta a livros, periódicos, artigos científicos, bem como à legislação vigente no país. É também exploratório, como mencionado anteriormente, pois este tema já é bastante discutido, particularmente na área educacional.

Este foi um dos motivos que levaram à escolha do tema, ou seja, por ser um tema que oferece uma ampla gama de oportunidades de aprendizado e ideias para aprimorar o cenário atual.

É um assunto indiscutivelmente relevante, especialmente para educadores. Cada um deles está ciente das dificuldades enfrentadas ao implementar sua prática pedagógica. Muitos não se sentem confiantes em incluir alunos com necessidades especiais, o que resulta no fracasso da Educação Inclusiva. Existem diversos fatores que podem afetar esse processo, portanto é crucial compreender esses fatores e buscar maneiras de superá-los.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Segundo Rogalski (2010), no Brasil até a década de 1950 não havia menção à Educação Inclusiva. Somente a partir da década de 1970 esse tema passou a ser discutido, tornando- se uma preocupação do governo. Essa preocupação se manifestou por meio da criação de instituições públicas e privadas, de órgãos reguladores nas esferas federal e estadual, bem como de turmas de educação especial.

De acordo com a pesquisa, é evidente que alguns autores sustentam que esse método de educação foi praticado no país até o final do século XIX e foi amplamente inspirado pelas informações trazidas da Europa nesse período.

O problema é altamente atual e já existem legislações que garantem a igualdade de acesso à educação, ao emprego e à sociedade. Foi a partir do século XX quando ocorreu um aumento significativo na luta contra a discriminação. Ao examinarmos a história das pessoas com necessidades especiais, deparamo-nos com uma realidade triste. No século XX, de acordo com Cavalcante (2011), houve um aumento significativo na luta contra a discriminação que impede que indivíduos com necessidades especiais desfrutem plenamente de seus direitos como cidadãos. Esse período foi caracterizado por uma intensa mobilização de movimentos sociais, que buscavam uma sociedade inclusiva. Além disso, também foi discutido o problema dos

modelos de ensino e aprendizagem que promovem a homogeneização, resultando na exclusão dessas pessoas das vagas escolares. Em relação às mudanças do século XX, vale destacar:

A partir do século XX, gradualmente, certos indivíduos começam a valorizar o público com deficiência e a integrar-se globalmente através de movimentos sociais que lutam contra a discriminação em defesa de uma sociedade inclusiva. Neste período histórico, sustentam-se as críticas às práticas docentes da época, levando ao questionamento de modelos análogos de ensino e aprendizagem, resultando em exclusão no cenário educacional. (SOUTO, 2014, pág. 16).

Segundo Souto (2014), o Brasil possui uma compreensão das pessoas com necessidades especiais desde o período imperial, quando foram criadas duas importantes instituições: a Escola Imperial para Meninos Cegos em 1854, hoje conhecida como Instituto Benjamin Constant (IBC), e em 1857, foi criado o Instituto dos Surdos-Mudos, hoje denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), ambos localizados no Rio de Janeiro.

No século XX, foi implementado o Instituto Pestalozzi em 1926, com o propósito específico de atender indivíduos com deficiência mental. Em 1954, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) foi fundada, e em 1945, pela pesquisadora e educadora Helena Antipoff dinâmica o primeiro programa educacional especializado para pessoas superdotadas na Sociedade Pestalozzi.

O século XX foi caracterizado por inúmeras transformações que impactaram positivamente a vida dos indivíduos com necessidades especiais. Um desses avanços foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024, de 1961, que determinou a oferta de educação para portadores de necessidades especiais, preferencialmente no sistema regular de ensino. Segundo Souto (2014), em 1971 a LDBEN de 1961 foi modificada pela Lei nº 5.692, que estabeleceu tratamento especial para alunos com deficiência física ou mental, significativamente atrasados em relação à idade padrão para matrícula, e alunos superdotados.

Em 1973, segundo o autor, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pela gestão da educação especial no Brasil. Este centro, influenciado pela abordagem integracionista, promoveu ações educativas voltadas para portadores de necessidades especiais e superdotados. Estas iniciativas foram apresentadas através de campanhas isoladas apoiadas pelo Estado.

De acordo com o Brasil de 1996 (Brasil, 2008), a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, especificamente no artigo 59, afirma que os sistemas educacionais

devem garantir que os alunos tenham currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Garante também terminalidade específica para quem não atinge o nível exigido para conclusão do ensino fundamental por deficiência, e aceleração de estudos para alunos superdotados para conclusão do programa escolar.

A Lei da Educação Básica nº 9.394/96, segundo Magro e Rodrigues (2007), foi responsável por iniciar o processo de inclusão escolar no Brasil. Foi por meio dessa lei que ficou determinado que os alunos com necessidades especiais deveriam ser atendidos em regime regular aulas, independentemente de a instituição de ensino ser pública ou privada. Além disso, esses alunos devem ser atendidos por professores com especialização adequada para esse serviço. Contudo, os autores destacam que esta inclusão enfrenta inúmeras barreiras, que a impedem de se tornar uma realidade. Afirma que o Artigo 58. Educação especial, conforme definido por esta Lei, refere-se à forma de educação escolar oferecida principalmente na rede regular de ensino, destinada a estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§1º Serão disponibilizados serviços de apoio especializados, na escola regular, sempre que necessário, para atender às particularidades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será prestado em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, pelas condições específicas dos alunos, não seja possível sua integração em classes regulares. A referência é do Brasil, 1996, página 19.

Segundo Brasil (2008), em 1999 foi apresentado o Decreto nº 3.298, que regulamentou a Lei nº 7.853 de 1989, que tratava da Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência, e definiu a educação especial como uma modalidade transversal a toda a população, todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando o papel complementar da educação especial ao ensino regular. Inspiradas nesse processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, por meio da Resolução CNE/CEB nº 2/2001, estipulam no artigo 2º que os sistemas educacionais devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas se organizarem para atender às necessidades dos alunos com necessidades educativas especiais, garantindo as condições necessárias à oferta de um ensino de qualidade a todos.

É evidente que o processo de implementação da educação inclusiva no Brasil tem sido lento. Contudo, a preocupação do governo tem sido crucial para tornar o progresso mais eficaz. A ligação entre inclusão e educação é óbvia, pois é nas escolas que se constrói a cidadania, se

preparam as gerações futuras, e a parceria entre esta instituição e a família deve atuar de forma a oferecer à sociedade valores que promovam o respeito à diversidade e a participação igualitária de todos os indivíduos, com as mesmas oportunidades.

A Escola e a Educação Inclusiva

O objetivo da educação é formar indivíduos capazes de viver em sociedade de forma pacífica e colaborativa, com foco no bem comum, os objetivos educacionais vão além de preparar os indivíduos para o mercado de trabalho ou ensiná-los a ler e escrever; deverá também promover o exercício da cidadania e o respeito pela diversidade.

Quando falamos de educação inclusiva, referimos - nos à introdução do diferente no habitual é a razão pela qual o tema é relevante para o sistema educativo. É em casa que começa a educação e a escola continua a defender os valores apresentados no agregado familiar, tornando-se uma componente crucial no processo inclusivo. Essa afirmação se caracteriza pela presença de pessoas qualificadas e capazes de orientar tanto as famílias quanto os próprios alunos com a inclusão de cada aluno com necessidades especiais.

A implementação da educação inclusiva tem desafiado e superado preconceitos e conceitos ultrapassados no ambiente educacional, tornando - se crucial que essa prática ocorra nas escolas. Ferreira (2018) explica que anteriormente havia a distinção entre escolas regulares e escolas especiais, tanto com o objetivo de promover uma educação, porém sem integração e sem considerar os princípios de inclusão e respeito à diversidade. Isso ocorria simplesmente porque os alunos de cada tipo de ambiente educacional não vivenciavam a realidade de fora da escola.

De acordo com o autor, a educação inclusiva busca eliminar a divisão nas escolas, permitindo que os alunos com deficiência convivam e se integrem na sociedade, expondo-os a diversas situações que vão além de sua realidade. Isso fornece os aprendizados essenciais para o seu desenvolvimento como cidadãos que possuem sonhos e objetivos futuros. É crucial permitir que crianças e jovens partilhem o mesmo espaço de vida, independentemente das suas limitações, pois isso promove uma sociedade livre de preconceitos e com maiores oportunidades.

Ferreira (2018) afirma que para que a educação inclusiva realmente ocorra, as escolas devem obter apoio e compreender o seu papel no processo. Além disso, devem esforçar- se por implementar os princípios fundamentais da educação que lhes proporcionarão a estrutura necessária para um processo eficaz. O autor define educação inclusiva como:

Modalidade de educação em que o processo educativo é considerado um processo social em que todos os indivíduos, independentemente da deficiência, têm direito à escolarização. É uma educação voltada para a formação integral e imparcial, que reconhece as diferenças e lhes dá o devido valor (FERREIRA, p. 4, 2018).

Na perspectiva deste autor, para que ocorra a educação inclusiva é necessária a existência de redes de apoio, que ele apresenta como sendo a família e os profissionais de saúde. A família é fundamental porque serve de base para o aluno. Portanto, estabelecer um vínculo de confiança com a escola é de extrema importância. Os profissionais de saúde auxiliam os educadores no entendimento das necessidades dos alunos, sendo os mais procurados médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e psicólogos educacionais.

Como é uma escola? Qual é a sua forma de atuação? Qual é a sua função? Primeiramente, é fundamental que uma instituição aceite alunos com deficiência e implemente as adaptações necessárias para garantir o direito à educação, conforme previsto pela lei. Segundo Ferreira (2018), é responsabilidade da escola proporcionar aos professores formação e formação continuada que os prepare para trabalhar com essas demandas. A escola também deve lidar cuidadosamente quaisquer adaptações e equipamentos necessários para garantir que a aprendizagem ocorra.

75

A autora afirma ainda que é fundamental que a instituição organize encontros, onde os educadores possam compartilhar experiências, frustrações e ideias, fomentando novas aprendizagens e dando apoio aos profissionais envolvidos no processo de aprendizagem e acolhimento desses alunos. Outra recomendação apresentada por Ferreira (2018) é para que as instituições de ensino implementem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento que orienta as escolas. Em relação à BNCC e à educação inclusiva, destaca - se:

A Base Nacional Comum Curricular é um avanço significativo para a educação brasileira, pois cria oportunidades para uma educação mais inclusiva e que leva em conta o aluno e suas individualidades. Amplia as possibilidades de as escolas buscarem novas alternativas para ensinar a todos. Conseqüentemente, alinha -se com os princípios do Design Universal para a Aprendizagem (UDL), que incluem: fornece muitos meios de representação, proporcionando múltiplos meios de ação e expressão e mantendo a motivação e o envolvimento dos alunos. A citação é de Ferraresi, página 10, 2017.

Ferreira (2018) define a escolaridade inclusiva como uma escola regular que abrange todos os tipos de alunos. Neste ambiente, encontram -se diversas situações e realidades distintas.

A expectativa é que cada individualidade seja respeitada, promovendo o bem-estar de cada aluno dentro do contexto. Isto é crucial para promover relacionamentos saudáveis dentro e fora do ambiente escolar.

O autor mencionou anteriormente os pilares que considera essenciais para o estabelecimento da educação inclusiva: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Na perspectiva do autor, quando estes pilares conseguem equilibrar - se, é possível garantir uma aprendizagem igualitária para crianças e jovens, não obstante a limitação de alguns. Contudo, embora pareça simples, a implementação da educação inclusiva enfrenta diversos desafios, especialmente nas redes públicas de ensino. São as escolas públicas que melhor conhecem e relatam as dificuldades envolvidas nesse processo.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS DESAFIOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS

O sistema escolar público enfrenta inúmeros desafios para garantir uma educação de qualidade. É amplamente reconhecido que muitas instituições não cumprem os padrões esperados e vários fatores contribuem para esta triste realidade. Entre as questões mais frequentemente citadas estão a falta de valorização da força de trabalho, recursos limitados e instalações inadequadas. Esse cenário é bastante comum nas escolas públicas brasileiras e diante disso, considerar a educação inclusiva torna-se necessário, pois alunos diversos necessitam de recursos distintos.

Oliveira e Veloso (2014) discutem os desafios da educação inclusiva no Brasil, começando pelos aspectos legais desse direito. Os autores citam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como um dos marcos importantes para a vida e a educação de crianças e jovens. No artigo 54, III do ECA, está explicitamente afirmado que: “ É dever do Estado garantir que crianças e adolescentes recebam atendimento educacional especializado para indivíduos portadores de necessidades especiais , preferencialmente na rede regular de ensino.”

Os autores citam ainda a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996, capítulo. Em conformidade com o parágrafo 3º do artigo V, que dispõe de orientações obrigatórias, afirma que: "O a oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, inicia - se na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. "

O desafio será implementado de forma eficaz? Quais são os requisitos necessários para garantir que o processo seja grande e alcance os resultados mais esmagadores, especialmente no âmbito da rede pública? Essas são questões que estimulam estudos em busca das melhores soluções simples, uma inclusão não é fácil. Estamos falando de interação e participação de recursos que exigem que cada aluno, independentemente de suas necessidades, se sinta igual ao realizar uma tarefa com sucesso na sala de aula. Quando enumeramos os requisitos para o perfil de uma escola inclusiva, podemos considerá-los como elementos fundamentais. No entanto, qualquer alteração exige recursos financeiros e investimentos, e é exatamente isso que muitas vezes se torna o principal obstáculo na rede pública.

Segundo Garofalo (2018), esse tema deve ser abordado dentro das escolas, e o autor sugere diversas abordagens para promover essa mudança. Estas incluem diversificar o currículo, fomentar o diálogo envolvendo a comunidade escolar e familiar, investir na formação de professores, fornecer tecnologias assistivas, desenvolver um projeto de inclusão e flexibilizar o currículo.

As ideias são excelentes e práticas, pois podem facilitar o processo de inclusão nas escolas. Contudo, nem todas as escolas têm as condições necessárias para implementar estas ações e recursos. Por vezes, os meios financeiros não são compatíveis e, dependendo do contexto social da instituição, até parcerias com famílias e unidades de saúde podem ser insuficientes ou inexistentes. Quando uma autora aborda a flexibilização do currículo, ela destaca tanto as dificuldades quanto a importância dessa medida:

É preciso customizar o currículo, adequando-o às necessidades e realidades de cada aluno. Temos consciência de que não é uma tarefa fácil, principalmente quando faltam recursos, mas é um passo essencial para fomentar a aprendizagem desses alunos.

Preservar a diversidade no contexto escolar representa uma oportunidade de atender às necessidades educacionais, com ênfase nas competências e habilidades dos alunos, incentivando uma pedagogia humanizadora e que desenvolva capacidades interpessoais. A educação inclusiva é um caminho para acolher a diversidade por meio da construção de uma escola que ofereça propostas e atenda às reais necessidades de cada indivíduo, criando espaços de convivência.

São inúmeros os desafios a serem enfrentados, mas as iniciativas e alternativas realizadas pelos professores são cruciais para esse processo. A citação da fonte é GARAFALO, p. 3, 2018.

Segundo Boy (2019), uma escola inclusiva não é apenas aquela que aceita a matrícula de alunos no sistema de ensino, mas também fortalece um sistema educacional que respeite, aceite e possibilite o acesso e a permanência de todos os alunos, garantindo-lhes uma formação competente, e educação de alta qualidade. O autor afirma que a verdadeira inclusão nas escolas só pode ser alcançada se os alunos demonstrarem desempenho acadêmico no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo a autora, a educação inclusiva se baseia em um tripé : acessibilidade, que se refere ao acesso à aprendizagem, utilizando recursos como o ensino de Braille , língua de sinais, bem como a criação de materiais diferenciados que visam facilitar o acesso dos alunos à educação; a mobilidade, que está relacionada aos aspectos físicos da instituição escolar, refere -se ao deslocamento, ou seja, é necessária a existência de rampas, elevadores, guias para deficientes visuais, com o objetivo de facilitar a mobilidade deste público. Por último, a materialidade refere-se qualquer ferramenta ou dispositivo necessário para que o aluno seja incluído.

Parecem ser elementos triviais de se ter nas instituições educacionais, não é? Porém, como mencionado anteriormente, cada escola vivencia uma realidade particular que impactará todas as ações realizadas pela instituição. A escola irá excluir a admissão de alunos com necessidades especiais? Nunca foi previsto em lei que uma educação inclusiva garantisse um processo educativo eficaz. Portanto, não há garantia de que uma educação inclusiva será inovadora de fato.

Contudo, as dificuldades enfrentadas no sistema público de ensino giram sempre em torno de aspectos financeiros, como investimento em recursos materiais, infraestrutura física e preparação de corpo docente e equipes de apoio especializadas.

A própria implementação do processo inclusivo é uma realidade complexa na rede pública de ensino. Segundo Silva (2014), essa dificuldade se justifica porque a educação inclusiva deve fazer parte do projeto político pedagógico que começa na secretaria de educação e valoriza todos os envolvidos no contexto escolar, inclusive o professor.

O professor, em especial, desempenha papel direto no trabalho com os alunos, buscando integrá-los e educá-los. O autor acredita que este é um processo contínuo e por isso o educador deve estar sempre atualizado. Ela ressalta que um dos pontos - chave para superar as dificuldades é a formação continuada dos profissionais da área de educação.

Todas as dificuldades que uma educação inclusiva enfrenta em sua jornada na direção de um ensino público de excelência estão, sem dúvida, relacionadas às questões de financiamento, pois sem ele se torna praticamente impossível atender às demandas conforme previsto pela legislação em vigor. Segundo Yoshida (2018), é fundamental que a equipe gestora da escola tenha plena consciência dessas questões legais, garantindo que os direitos de cada aluno sejam respeitados, pois esses aspectos devem ser seguidos independentemente da realidade da instituição. Segundo o autor:

O princípio da inclusão baseia -se nos direitos de todos os indivíduos à educação, independentemente das suas diferenças individuais – inspirado nos princípios da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994). Está incluído na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008. Os gestores devem estar atentos ao conteúdo da Constituição, mas, mais importante, devem estar familiarizados com o Plano Nacional de Educação (PNE), que determina que as pessoas com deficiência e as necessidades especiais devem frequentar ambientes educacionais inclusivos. A citação de referência para a fonte é Yoshida, página 5, 2018.

O autor explica ainda os pontos que devem ser considerados na perspectiva do processo inclusivo em qualquer escola, e destaca que há uma má interpretação do que a lei e os documentos sobre o tema determinam como fundamental, como, por exemplo, "muitas vezes a interpretação dada ao termo ' adaptações razoáveis ' é entendida como adaptações curriculares." O texto discute adaptações no ambiente físico, na comunicação e na forma como os exames são realizados, por exemplo. A referência é do trabalho de Yoshida na página 6, publicado em 2018.

O autor conclui que são necessários apoio e recursos reais do governo. Segundo ela, o Estado deveria prestar assistência técnica e financeira. Também é necessário haver adaptação e alocação de recursos em sala de aula.

Sobre esse ponto, ela afirma que “ É responsabilidade do gestor disponibilizar tempo e espaço para que professores, coordenadores e especialistas discutam e esclareçam dúvidas sobre integração de alunos com deficiência." Além disso, ela menciona a criação de uma equipe inclusiva, conforme explica Yoshida (2018), idealmente deve ser formada dentro da própria escola, pois o gestor tem um melhor entendimento de sua equipe e da comunidade. O gestor pode montar um grupo para reunir informações pertinentes sobre as deficiências dos alunos e compartilhá-las durante uma reunião.

Dentro do contexto escolar, outra ação de grande relevância é a conversação e resolução de conflitos em sala de aula. A respeito disso, a autora destaca que os professores podem engajar-se em discussões com suas turmas sobre a chegada de um aluno com deficiência para reforçar a visão inclusiva. Por fim, ela aborda a qualidade do ensino e da aprendizagem, afirmando:

Todas as crianças são capazes de aprender: este processo é individual e o professor deve estar atento às necessidades dos alunos. Crianças com deficiência visual e auditiva desenvolvem a linguagem e o pensamento conceitual. Os alunos com deficiência intelectual podem ter maiores desafios no processo de alfabetização, mas são capazes de desenvolver habilidades de linguagem oral e reconhecer símbolos gráficos. É crucial apreciar a variedade e o incentivo às crianças para alcançar seu máximo potencial, sem recorrer a uma única classificação de avaliação. A avaliação deve ser realizada em relação ao progresso individual do aluno, sem utilizar critérios comparativo. A citação de referência para esta informação é Yoshida, página 10, 2018.

De forma mais precisa, cada escola pública brasileira enfrentará dificuldades específicas no processo de inclusão, mesmo aquelas que possuem sala de recursos, profissionais construídos e materiais que facilitam a prática diária. Ainda não existem escolas de ensino regular com 100% de eficiência na inclusão, infelizmente sempre há algo que falta. Portanto, este estudo aborda de maneira abrangente os desafios enfrentados pelas escolas. Em algumas graças, as escolas podem ter recursos disponíveis, mas uma equipe pedagógica pode não estar preparada para utilizá-los. Por outro lado, algumas investigações levantadas por certos autores indicam que, mesmo sem recursos, uma implementação de certos pontos propostos por Yoshida pode melhorar significativamente a receptividade e o ensino dos alunos nesta instituição.

CONCLUSÃO

Qualquer assunto relacionado à educação é importante para a sociedade e para o sistema de ensino, pois é por meio de pesquisas e estudos que o mundo avança de maneira contínua em todas as áreas do conhecimento. O tema abordado nesta pesquisa, assim como em muitos outros, é essencial para compreendermos a importância da escola na vida dos indivíduos. Na escola, são reforçados os valores transmitidos pelos pais e são construídos novos valores. Além disso, a diversidade é abordada de maneira natural, uma vez que uma escola é um ambiente

heterogêneo. Isso faz com que seja um espaço de compartilhamento de culturas, ideias, valores e crenças.

Por que, nessa perspectiva, as palavras "desafios" e "dificuldades" são frequentemente mencionadas? Na verdade, todo o processo seria impecável se não houvesse tantos obstáculos ao longo do trabalho acadêmico. A implementação da educação inclusiva é um dos principais desafios enfrentados, particularmente pelo sistema de ensino público. A pesquisa revelou uma mudança gradual na percepção e no tratamento de indivíduos com necessidades especiais. Contudo, foi através de ações políticas que as conquistas mais significativas foram implementadas.

Com base nos achados desta pesquisa, observou - se através das falas dos autores pesquisados que a escola desempenha um papel crucial para o desenvolvimento das pessoas e precisa assumir um papel integrador para que uma educação inclusiva seja efetivada. Os desafios enfrentados são numerosos, principalmente no ensino público, a falta de recursos, a desvalorização da mão de obra e as más condições das instalações da instituição são alguns dos fatores que dificultam o processo e causam desmotivação nos alunos e seus familiares.

Também se tornou evidente que, apesar dos obstáculos, é viável implementar uma educação inclusiva. Sem dúvida, os recursos auxiliarão a vida do educador, mas na ausência deles, o aluno deixará de participar?

O processo educacional necessita de inovação e criatividade, especialmente quando os recursos necessários para atingir as metas não estão prontamente disponíveis.

Conforme dito anteriormente, o professor desempenha um papel crucial no processo e, quando se compromete a promover o desenvolvimento dos alunos, utiliza recursos e traça estratégias para transformar a sala de aula em um ambiente confortável e acolhedor.

É importante ressaltar que esta não é uma crítica, mas sim uma observação sobre a necessidade de uma escola fornecer aos alunos e profissionais todo o material necessário para a aprendizagem e desenvolvimento pleno dos alunos. Portanto, para superar as dificuldades, é essencial que haja não apenas a criatividade do educador, mas também uma estrutura adequada para o trabalho e apoio às famílias.

REFERÊNCIAS

- BOY, P.P. **Educação Inclusiva: desafios e possibilidades.** 2019. Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/educacao-inclusiva-desafios-e-possibilidades>. Acesso em 14 de fevereiro de 2023.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB- Lei nº 9394/96** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, MEC, 1996.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 55/2007, prorrogado pela portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008.
- CAVALCANTE, M. Contexto histórico da construção da Educação Inclusiva no Brasil. 2011. Disponível em: www.inclusaoja.com.br. Acesso em 8 de março de 2023.
- FERREIRA, F. **Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer.** PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer>. Acesso em 8 de fevereiro de 2023.
- FERRARESI, S. **As contribuições da BNCC para uma educação inclusiva.** 2017. Disponível em: <https://inclusaonaescola.com.br/as-contribuicoes-da-bncc-para-uma-educacao-inclusiva/> acesso em 8 de fevereiro de 2023.
- GAROFALO, D. **Os desafios da educação inclusiva.** 2018. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/colunas/os-desafios-da-educacao-inclusiva/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2023.
- MAGRO, C, M, T, A; RODRIGUES, L, A. **Concepções que os alunos do curso de Pedagogia e normal superior apresentam sobre o processo de inclusão.** IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, Londrina, 2007.
- OLIVEIRA, G. G.; VELOSO, L.M. M. Principais desafios da inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional. In: **Revista Brasileira de Educação Básica.** 2014. Disponível em: <https://beducacaobasica.com.br/principais-desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-no-sistema-educacional/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2023.
- ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da Educação Especial. In: **Revista de Educação do IDEAU**, vol. 5, nº 12, Quatro Irmãos, RS, 2010.
- SILVA, L. N. da. **Inclusão escolar: dificuldades e desafios da inclusão nas series iniciais em uma escola pública.** Editora Realize, 2014.

SOUTO, M, T, de. **Educação Inclusiva no Brasil**. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande/PB, 2014.

YOSHIDA, S. **Desafios na inclusão dos alunos com deficiência na escola pública**. 2018. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1972/desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-na-escola-publica>. Acesso em 04 de março de 2023.